

1 **Ata n° 008/2019 da Audiência Pública para demonstração e avaliação do**
2 **cumprimento das Metas Fiscais do I Quadrimestre de 2019**

3 Aos 30 (trinta) dias, do mês de maio, do ano de 2019 (dois mil e dezenove), às
4 19h35, em sede própria, reuniram-se autoridades municipais, vereadores e
5 comunidade para a 8ª Audiência Pública do ano de 2019. A senhora Maria
6 Auxiliadora da Silva Garção, servidora da secretaria de planejamento, diz: Boa
7 noite a todos! Que cada um de nós sejamos bem-vindos a esta audiência de
8 avaliação do primeiro quadrimestre das metas fiscais de Barra do Garças. Então,
9 a gente agradece imensamente a presença de cada um, especialmente o nosso
10 presidente da câmara; o representante da OAB; os colegas, que são servidores;
11 outros, que são colaboradores; a servidora da câmara, Edina; o Janjão, que está
12 sempre conosco nos auxiliando em todos os momentos. O nosso secretário de
13 planejamento, que sempre está à frente dos trabalhos, e ele é o secretário da pasta,
14 responsável, não está se sentindo muito bem. Então, por questões de força maior,
15 ele não pode estar presente. Então, Gladys e eu, que trabalhamos com ele, nós
16 percebemos a situação e dissemos que o nosso João Kenedy, que é o contador da
17 prefeitura, vai então estar fazendo as apresentações que o nosso secretário iria
18 fazer nesse momento. Eu passo a palavra, e aí ele vai estar encaminhando os
19 trabalhos, fazendo a apresentação. E esse momento é justamente a avaliação do
20 primeiro quadrimestre de 2019. Obrigada! O senhor João Kenedy, contador da
21 prefeitura, diz: Boa noite a todos aqui presentes; a essa Casa de Leis; aos amigos,
22 que trabalham comigo na prefeitura; ao presidente, muito honrado; a OAB. Estou
23 aqui tentando passar um pouco do que o Mauro Piauí passa todas as vezes que ele
24 vem aqui, porque foi em cima da hora e não pode deixar de prestar contas das
25 obrigações profissionais. Então, vamos começar. Lembrando que há uns dois, três
26 anos atrás a contabilidade pública, a área pública, vem muito se especializando.
27 Cada vez a pessoa, para trabalhar na área pública, tem que estar mais
28 especializada, estudando a cada vez mais. Muito mudou, as obrigações
29 constitucionais estão cada vez mais precisas, objetiva. Todos os funcionárias que
30 trabalham na prefeitura sabem que hoje, aos poucos, precisam ir se
31 profissionalizando cada vez mais para prestar um serviço melhor para a
32 comunidade. A contabilidade mesmo vem, aos poucos, modificando. Eu comecei
33 a trabalhar junto com a Dona Diva há uns cinco, seis anos atrás, desde o primeiro
34 mandato do prefeito. Aos poucos fui tentando melhorar cada vez mais e,
35 consequentemente, vou consegui daqui uns anos ficar cada vez melhor. Aí é uma
36 breve informação sobre a transparência, que tem que tornar público o que é
37 público, que através da publicação que tem essa efetivação que tudo que é público

38 tem que ser público: audiências públicas, acompanhamento das metas,
39 participação popular no processo orçamentário. E o Mauro sempre está aqui
40 fazendo audiência do PPA, LDO, a LOA. O PPA que é o planejamento de longo
41 prazo. A LDO que faz um vínculo entre o PPA e a LOA, que uma LDO diz o que
42 tem que ser executado na LOA. Ele direciona tudo o que a LOA tem que ser feita
43 durante um ano, executado durante a LOA. Parágrafo quarto, artigo nono da
44 Constituição: “Até o final dos meses de maio, setembro e fevereiro, o Poder
45 Executivo demonstrará e avaliará o cumprimento das metas fiscais de cada
46 quadrimestre, em audiência pública na comissão referida no §1º do artigo 166 da
47 Constituição”. É o que nós estamos fazendo aqui. Aí são as receitas. Receitas
48 correntes: as previstas, cento e oitenta e nove milhões cento e trinta e nove mil;
49 realizadas, efetivadas, que entraram efetivamente nos cofres públicos da
50 prefeitura, foi cinquenta e sete milhões quinhentos e vinte e oito duzentos e
51 dezessete vírgula vinte. A diferença foi de cento e trinta e um milhões seiscentos
52 e dez setecentos e oitenta e dois vírgula oitenta. Então, foi uma arrecadação um
53 pouco abaixo. Não é problema só da prefeitura, em todo o país está desse jeito, a
54 situação não está boa. Receita de capital, que é aquelas que a pessoa pode adquirir
55 equipamentos, obras, foi dezesseis milhões, previsto dezesseis milhões
56 novecentos e trinta e um mil e oitocentos. Porém, arrecadado só duzentos mil. Isso
57 é um valor bem abaixo. Diferença a menos, dezesseis milhões setecentos e trinta
58 e um mil e oitocentos reais. O total da receita de capital e a corrente, duzentos e
59 seis milhões zero setenta oitocentos. Essa foi a prevista. A realizada foi cinquenta
60 e sete milhões setecentos e vinte e oito duzentos e dezessete vírgula vinte. Isso aí
61 lembrando que é até os quatro primeiros meses do ano. A diferença a menor foi
62 cento e quarenta e oito milhões trezentos e quarenta e dois quinhentos e oitenta e
63 dois vírgula oitenta. Pelos dados acima apresentados conclui-se que, até o término
64 do período analisado, o total da receita era no montante de cinquenta e sete
65 milhões setecentos e vinte e oito duzentos e dezessete vírgula vinte. Conclui-se
66 que a receita corrente foi arrecadada a menor, por isso essa situação que se
67 encontra a prefeitura hoje. A arrecadação está pouca. A secretaria de finanças
68 pode tentar arrecadar mais e prestar um serviço melhor para a comunidade. Só
69 que a situação não é boa. Não é só a situação da prefeitura de Barra do Garças,
70 como acabei de falar. É do país inteiro. E da receita de capital, que seria a
71 construção de algum hospital novo ou alguma escola, ou algum equipamento que
72 estivesse precisando para o hospital, foi arrecadada a menor cinco milhões quatro
73 quatro três novecentos e trinta e três vírgula trinta e três. Essa arrecadação a menor
74 interfere diretamente nos serviços públicos, que constantemente o prefeito faz o
75 que pode para chegar onde está a situação de Barra do Garças hoje: bem
76 iluminada, o saneamento básico excelente. Esses são os gráficos do que acabamos

77 de comentar aqui. Agora, as despesas. As despesas, a gente vem fazendo um corte
78 bem elevado nas despesas porque consequentemente se você tem pouca
79 arrecadação, você tem que diminuir a receita. Não tem como você trabalhar com
80 a despesa alta com pouca arrecadação, senão vai acabar em déficit e o prefeito
81 pode ficar com uma situação não muito boa na área fiscal. As despesas correntes.
82 As despesas correntes estão ligadas diretamente com as receitas correntes. Uma
83 com a outra, isso nós falamos de fonte de recurso. Foram fixados cento e cinquenta
84 e sete milhões cento e nove setecentos e quarenta. A fixada. A liquidada, a despesa
85 liquidada mesmo, porque tem que pegar através da liquidada, não a empenhada.
86 A empenhada você pode fazer um corte no final do ano para diminuir o déficit
87 orçamentário. A liquidada não, já é um direito líquido e certo do fornecedor
88 receber aquele dinheiro. Então, a liquidada, tem que fazer em cima da liquidada,
89 deu quarenta e cinco milhões seiscentos e quarenta e sete seiscentos e noventa e
90 cinco vírgula quarenta e oito. A diferença a menor, cento e onze milhões quatro
91 meia dois zero quarenta e quatro vírgula cinquenta e dois. Que esse aí é o que eu
92 acabei de falar, que é um corte a menor, porque como a receita cai,
93 consequentemente a despesa também tem que cair junto. Despesa que capital, que
94 vincula diretamente com receita de capital, foi fixada vinte e sete milhões
95 duzentos e onze duzentos e sessenta. A liquidada, a despesa liquidada, quatro
96 milhões novecentos e sessenta novecentos e vinte e seis vírgula oitenta e oito.
97 Despesa a menor, vinte e dois milhões duzentos e cinquenta trezentos e trinta e
98 três vírgula doze. Isso são os primeiros quatro meses do ano. Totalizaram cento e
99 oitenta e quatro milhões, a despesa corrente e despesa de capital, trezentos e vinte
100 e um; a liquidada, cinquenta milhões seiscentos e oito seiscentos e vinte e dois
101 vírgula trinta e três; a menor, cento e trinta e três milhões setecentos e doze
102 trezentos e setenta e sete vírgula sessenta e quatro. Pelos dados acima
103 apresentados conclui-se que, até o término do período analisado, o total da
104 despesa liquidada no montante de cinquenta milhões seiscentos e oito mil
105 seiscentos e vinte e dois vírgula trinta e seis. Conclui que as despesas correntes
106 foram a menor, pois diminuiu das despesas correntes, seis milhões seiscentos e
107 vinte e dois mil duzentos e dezessete vírgula oitenta e cinco; e as despesas de
108 capital foram a menor quatro milhões cento e nove mil quatrocentos e noventa e
109 três vírgula doze. Esse aqui é só um gráfico. Aí é uma breve explanação sobre
110 planejamento, que é a parte que o Mauro Piauí faz lá e agora está funcionando
111 bem melhor do que os anos anteriores. Planejamento é o grande princípio da Lei
112 de Responsabilidade Fiscal, porque tudo que você faz na administração pública
113 hoje tem que ser planejado. Nada é por acaso. Isso é feito com as peças
114 orçamentárias: PPA, LDO e LOA. A Lei 4.320, que é a lei que nós falamos que é
115 a lei mãe da contabilidade pública, alguns dizem que ela vai sumir, eu creio que

116 não sumirá porque ela é uma lei voltada para a área pública. A Lei 4.320 de 1964,
117 em seu artigo 48, alínea b, define que é necessário: “manter durante o exercício,
118 na medida do possível, o equilíbrio entre a receita arrecadada e a despesa
119 realizada, de modo a deduzir ao mínimo eventuais insuficiências de tesouraria”.
120 Isso aí seria o déficit financeiro. Conseqüentemente, como acabei de falar, se a
121 receita cai, a despesa também tem que cair. Receitas e despesas, aí é um
122 comparativo entre as receitas realizadas e as despesas liquidadas, que sempre a
123 receita é pela efetivada. A última etapa da receita na área pública é a efetivação
124 dela, a entrada efetivamente nos cofres públicos. Receita realizada foi cinquenta
125 e sete milhões quinhentos e vinte e oito mil duzentos e dezessete vírgula vinte,
126 corrente; a de capital, duzentos mil; totalizando cinquenta e sete milhões
127 setecentos e vinte e oito duzentos e dezessete vírgula vinte. A despesa liquidada,
128 quarenta e dois milhões oitocentos e quarenta e dois mil zero trinta e cinco, as
129 despesas correntes; a de capital, dois milhões novecentos e quatro seiscentos e
130 oitenta e seis vírgula setenta e seis; o total de quarenta e cinco milhões sete quatro
131 meia setecentos e vinte e um vírgula setenta e seis. Desse modo que houve um
132 superávit orçamentário, porque hoje houve a preocupação da administração
133 pública em diminuir a despesa, por causa de defasagem na receita. Porque você
134 pode fazer corte na despesa só por defasagem na receita, não por excesso de
135 despesa. Pelo comparativo, as receitas do período registram a cifra de cinquenta
136 e sete milhões setecentos e vinte e oito duzentos e dezessete vírgula vinte; as
137 despesas liquidadas contabilizam a soma de quarenta e cinco milhões setecentos
138 e cinquenta e seis setecentos e vinte e um vírgula setenta e seis; proporcionando
139 um superávit orçamentário de onze milhões novecentos e oitenta e um
140 quatrocentos e noventa e cinco vírgula quarenta e quatro. Isso aí já é um reflexo
141 da administração pública, com responsabilidade e com eficiência. Aí mostra um
142 breve resumo das receitas de impostos, que são as receitas livres, não são aquelas
143 receitas vinculadas. Total de despesa liquidada com educação. A despesa, existe
144 um programa da educação que chama SIOPE, da educação. Ela divide
145 praticamente toda a parte da educação: ensino fundamental, infantil, pré-escola.
146 Aí nós dividimos a fundamental, educação infantil. O fundamental foi nove
147 milhões duzentos e noventa e sete quinhentos e trinta e sete vírgula setenta e oito.
148 A educação infantil dois milhões quinhentos e oitenta seiscentos e quarenta e sete
149 vírgula noventa e nove. Total das deduções, as deduções são o FUNDEB, despesa
150 com o FUNDEB, quatro milhões quinhentos e setenta e nove novecentos e oitenta
151 e dois vírgula sessenta. O mínimo aplicado na educação é 25%. Esses 25% tem
152 que ser alcançado durante o exercício financeiro, é doze meses. O total dos gastos
153 para efeito de cálculo, que seria $D = (B - C)$, que daria essa base de cálculo,
154 dividida pelos impostos lá, que daria 21,13, que foi o aplicado. Estamos num valor

155 excelente. Temos mais oito meses para chegar aos vinte e cinco. O percentual
156 aplicado a menor foi de 3,87. Cumprimento do índice legal, acabei de falar, o
157 artigo 202 da Constituição, que define a obrigatoriedade de aplicação mínima de
158 25% resultante de impostos na manutenção do desenvolvimento do ensino. O
159 quadro anterior demonstra que ao final do período analisado a aplicação na
160 educação foi de 21,13. Agora a aplicação na saúde. A saúde é o que dificulta
161 bastante porque as pessoas tem que ter esse acesso à saúde, ao direito dela
162 constitucional. O valor de impostos foi trinta e quatro milhões, que é o recurso
163 não vinculado, porque pode gastar em qualquer coisa que eles tiverem interesse.
164 O valor dela foi trinta e quatro milhões quinhentos e vinte e oito cento e quarenta
165 e seis vírgula quarenta e oito. Total de despesa com saúde realizada no exercício
166 foi de vinte e três milhões zero zero três oito meia quatro vírgula onze. Essas
167 deduções das fontes 146, que é da União, 147 e 142, esses recursos geralmente
168 são vinculados. Não são recursos livres. Porque antigamente era fonte 114, aí foi
169 desmembrado e cada vez mais está se evoluindo mais a contabilidade pública, o
170 planejamento público, toda a área pública está se evoluindo. O percentual aplicado
171 na saúde, o mínimo é 15%. Olha a diferença que está dos 15% para 29,54,
172 praticamente o dobro, em quatro meses de exercício financeiro, na saúde. Mas,
173 isso aí é porque todo mundo sabe que a saúde gasta muito, porque o pronto-
174 socorro mesmo aqui funciona como regional e não municipal, e não pode deixar
175 de ser prestado o serviço. O valor mínimo a ser aplicado era de cinco milhões
176 cento e setenta e nove dois dois um vírgula noventa e sete. O valor aplicado a
177 maior pode ver que foi praticamente o dobro, cinco milhões zero vinte e dois
178 oitocentos e sessenta e um vírgula quarenta e dois. O percentual aplicado a maior
179 14,54, praticamente o dobro. Cumprimento do índice legal, no caso da saúde,
180 artigo 198 da Constituição Federal, parágrafo primeiro, artigo 77, que diz que o
181 percentual mínimo da saúde é 15%. Nós aplicamos praticamente o dobro, como
182 acabei de falar, 29,54. Um valor acima de 14,54. Gasto com pessoal. Gasto com
183 pessoal é em cima da receita corrente líquida, e teve uma receita corrente líquida
184 até o primeiro quadrimestre de cento e sessenta e cinco milhões novecentos e
185 dezenove quatro meia sete vírgula quatorze. Total da despesa com pessoal, setenta
186 e nove milhões quinhentos e doze três três quatro vírgula vinte e oito. Percentual
187 aplicado 47,92%. Está num limite bom porque o limite de alerta é 48,60; o limite
188 prudencial é 50,30; e o limite máximo é 54%. Então, estamos abaixo. Aí tem uns
189 anexos que o Mauro Piauí já tinha passado. Vereador Dr. Joãozinho, presidente
190 da câmara, diz: Deixa eu te fazer alguns questionamentos. Você podia voltar um
191 pouquinho naquela questão da saúde, só para eu... Eu estava esperando, nós não
192 programamos se os questionamentos seriam durante a exposição ou depois. Pode
193 ser? Pode ser durante? O senhor João Kenedy, contador da prefeitura, diz: Pode

194 ser. Vereador Dr. Joãozinho, presidente da câmara, diz: Volta um pouquinho lá, é
195 na saúde. Esse valor, trinta e quatro mil, me parece que a totalidade do valor
196 arrecadado é cinquenta e sete milhões no quadrimestre, algo um pouco mais, não
197 é. Esses impostos aí, os trinta e quatro milhões, são só as transferências
198 obrigatórias? O senhor João Kenedy, contador da prefeitura, diz: Tem os impostos
199 municipais. Vereador Dr. Joãozinho, presidente da câmara, diz: Ah! Então, está
200 tudo? O senhor João Kenedy, contador da prefeitura, diz: Está todo ele. Porque
201 são os recursos livres que a gente fala. Vereador Dr. Joãozinho, presidente da
202 câmara, diz: Então, as transferências obrigatórias, mais a arrecadação própria,
203 perfaz aquele total ali? O senhor João Kenedy, contador da prefeitura, diz: É!
204 Vereador Dr. Joãozinho, presidente da câmara, diz: Ah, OK! Achei que era os
205 cinquenta e sete. A senhora Norma diz: É a soma da receita de impostos com
206 transferências obrigatórias, que dá os cinquenta e sete milhões? O senhor João
207 Kenedy, contador da prefeitura, diz: Sim. A senhora Norma diz: Ah, entendi.
208 Vereador Dr. Joãozinho, presidente da câmara, diz: Só para eu entender. Então,
209 nesse período o total das despesas com saúde foi vinte e três milhões, certo? Essa
210 dedução aí são as deduções das transferências obrigatórias, fonte a fonte, alguma
211 coisa assim? O senhor João Kenedy, contador da prefeitura, diz: É, porque a 146
212 e 147, elas são da União, e já são praticamente aqueles recursos que já vem
213 carimbado. Vereador Dr. Joãozinho, presidente da câmara, diz: Que já vem
214 direcionados, carimbados. Certo. O senhor João Kenedy, contador da prefeitura,
215 diz: E a 147 é só para equipamento e a 146 é para custeio. Vereador Dr. Joãozinho,
216 presidente da câmara, diz: OK! Esse percentual de vinte e nove é uma média ali?
217 Doze com dois, vinte e dois. Porque nós temos dois números: doze... O vinte e
218 nove é uma média entre os dois números lá, o percentual 29.54? Ele é calculado
219 sobre o valor da receita lá? É isso? O senhor João Kenedy, contador da prefeitura,
220 diz: É... Três dividido por zero. Lá em cima tem um zero da receita com impostos.
221 Aquele vermelhinho ali é o três, três dividido pelo zero. Está vendo o zero lá em
222 cima? São os impostos. E o três é o percentual aplicado. O três é aquele lá: total
223 de gastos com recursos próprios. Vereador Dr. Joãozinho, presidente da câmara,
224 diz: Ah, então... O senhor João Kenedy, contador da prefeitura, diz: Aí o três é o
225 um menos o dois. Vereador Dr. Joãozinho, presidente da câmara, diz: É que a
226 gente não está habituado com os números, então demora um pouco. O senhor
227 Carlos, servidor da secretaria de planejamento, diz: Só para o senhor entender. Os
228 vinte e três é todas as despesas da saúde. Doze veio de recursos de fonte do Estado
229 ou federal. Então, ele retira vinte e três menos doze, sobrou dez. Desses dez, você
230 vai fazer o percentual em cima dos trinta e quatro milhões, que deu vinte e nove.
231 Vereador Dr. Joãozinho, presidente da câmara, diz: Existem vários discursos
232 políticos que se faz sobre os nossos gastos com saúde. Então, por exemplo, eu

233 conversei com a Lua. Ela falou: “João, em torno de 35%”. Falei: Nossa! Mas, é
234 um percentual. Então, o número, aqueles vinte e nove lá, e agora eu entendi, é
235 sobre os gastos com arrecadação própria. Fechou. A senhora Norma diz: Meu
236 nome é Norma, da secretaria de finanças, mais especificamente do setor da dívida
237 ativa. Só para entender ali. Aqueles vinte e três milhões lá, que é o valor da receita,
238 qual que é a receita ali que é dos impostos? O senhor João Kenedy, contador da
239 prefeitura, diz: É as de cima. A senhora Norma diz: Os trinta e quatro milhões? A
240 minha dúvida é só essa receita. São todas as receitas, IPTU, ISSQN? O senhor
241 João Kenedy, contador da prefeitura, diz: Sim, arrecadação própria. A senhora
242 Norma diz: Tudo da secretaria de finanças, não é? O senhor João Kenedy,
243 contador da prefeitura, diz: Sim. A senhora Norma diz: Entendi. Vamos aumentar
244 isso aí. Começar a cobrar isso o povo. Obrigada, era só isso. O senhor João
245 Kenedy, contador da prefeitura, diz: Com fé em Deus. Tem mais alguma
246 pergunta? Alguém? Vereador Dr. Joãozinho, presidente da câmara, diz: Depois
247 desse quadro, você mostrou também um quadro com o pessoal e mostrou um
248 percentual de 47%, algo assim. Nesse valor que quando você fala: “os gastos da
249 saúde são desta ordem”, nesse valor da saúde está incluído o gasto com pessoal
250 da saúde? O senhor João Kenedy, contador da prefeitura, diz: Todos os gastos da
251 saúde. Só não aqueles que vem naquelas fontes que falei para você. Vereador Dr.
252 Joãozinho, presidente da câmara, diz: Então, nós temos a manutenção, remédio.
253 Vamos falar assim, bem “facinho”, manutenção, remédio tal. E os gastos com
254 pessoal, médico, tudo, folha de pagamento? O senhor João Kenedy, contador da
255 prefeitura, diz: Tudo. É que é assim, que as pessoas acham que despesa com
256 pessoal é só o vencimento, salário. Não. Despesa com pessoal é o vencimento
257 mais as obrigações patronais, que é o Barra-Previ; os contratados, o FGTS, o
258 INSS. É isso tudo, não só vencimentos. Vereador Dr. Joãozinho, presidente da
259 câmara, diz: Então, quando eu falo, por exemplo, do que você está dizendo,
260 quando eu digo: oh, o gasto com a saúde está nesse percentual, eu também estou
261 incluindo gastos com ativo, inativo e esses repasses todos também. O senhor João
262 Kenedy, contador da prefeitura, diz: Sim. A senhora Maria Auxiliadora da Silva
263 Garção diz: É que é feito duas contas, não é, João. Primeiro, igual computou a
264 saúde, a educação, o ensino, e depois computou geral. Que aí é gastos com
265 servidores, com o pessoal de uma forma geral. A situação da prefeitura hoje se
266 encontra nesse patamar. O senhor João Kenedy, contador da prefeitura, diz: Esses
267 novos anexos que vou demonstrar aqui agora são os anexos que faz quadrimestral
268 e bimestral, que é o RREO e RGF. Esse que vem volume bastante, nós publica
269 muito para o STN, que é o SICONFI. O SICONFI, hoje, precisa de pessoas
270 altamente qualificadas para mexer com o SICONFI. Tem prefeituras que perdem
271 recurso, emendas, porque não tem os profissionais capacitados para isso. Porque

272 o SICONFI, o RGF, o RREO, o SIOPE, que é da educação. O SIOPE da educação,
273 se você atrasar, o recurso da educação não vem. Da saúde também, que é o SIOPS.
274 É o SIOPE da educação e o SIOPS da saúde. Eles tem que ser pessoas qualificadas
275 para enviar diretamente para o governo federal. Ele está evoluindo cada vez mais.
276 Esse ano mudou muita coisa. Agora vem outra, que é a matriz de saldos contábeis,
277 que essa é nova, ninguém não sabe. Semana que vem nós temos que estar indo
278 para São Paulo para tentar aprender como é que faz essa matriz, porque não é
279 fácil, porque se deixar de fazer a prefeitura não entra dinheiro, bloqueia, emendas
280 não entram. Então, vai ter até uma emenda agora do Beira Rio, não é, se não me
281 engano. Então, isso aí tem que ficar OK o CAUC, porque senão não entra, eles
282 não repassam os valores. Então, cada vez mais está ficando mais profissional. Tem
283 que ser pessoas profissionais mesmo. Tem que evoluir, tem que estudar. Se não
284 estudar, não tem como trabalhar na área pública mais. Eu mesmo comecei
285 diretamente na área pública. Não escolhi a área privada porque não era muito a
286 minha área. Aí fui diretamente, passei dois anos na prefeitura trabalhando como
287 estagiário e ganhando seiscentos reais para aprender. A gente tem que começar
288 debaixo, não é. Começar de cima não tem como, para aprender. E a Dona Diva
289 me ensinou. Tudo que eu sei hoje foi a Dona Diva. Aos poucos fui evoluindo. A
290 senhora Maria Auxiliadora da Silva Garção diz: E é interessante, João, quando
291 você fala do aprimoramento do servidor. Isso é muito importante. Por exemplo, o
292 SIOPE, quando ele iniciou em 2007, ele era anual. Hoje você tem que fazer o
293 SIOPE bimestralmente. Então assim, são alterações que, se você tem no primeiro
294 momento, instrumentaliza-se, se você não tiver fazendo esse acompanhamento,
295 você acaba ficando por fora e acaba a prefeitura perdendo recurso. O senhor João
296 Kenedy, contador da prefeitura, diz: Em todas as áreas que envolvem
297 conhecimento a pessoa tem que estar sempre evoluindo, não é, Joãozinho? Não
298 pode parar de evoluir. Hoje mesmo era o último prazo do tribunal, está bem em
299 cima mesmo. Está certo que é o serviço deles. Hoje é o último dia para publicação
300 do RGF, amanhã já entra no CAUC negativo, que daria multa também. Então,
301 praticamente teve que fazer, procurar saber porque um vincula com o outro. A
302 senhora Maria Auxiliadora da Silva Garção diz: O município então, nesse sentido,
303 ficou Ok. Hoje foi transmitido? O senhor João Kenedy, contador da prefeitura,
304 diz: Sim. A senhora Maria Auxiliadora da Silva Garção diz: Parabéns! E eu queria
305 só dar uma informação. Muitas vezes as pessoas perguntam, o RRO, é isso? O
306 senhor João Kenedy, contador da prefeitura, diz: Sim. A senhora Maria
307 Auxiliadora da Silva Garção diz: Ele é publicado no site do TCE. Se nós pegarmos
308 lá Barra do Garças, então ele é sempre disponibilizado. O senhor João Kenedy,
309 contador da prefeitura, diz: No portal da prefeitura também. A senhora Maria
310 Auxiliadora da Silva Garção diz: Isso. No portal da transparência é também. Mas,

311 assim, qualquer um pode ter acesso a esses locais de informação. O senhor João
312 Kenedy, contador da prefeitura, diz: Sim. Vereador Dr. Joãozinho, presidente da
313 câmara, diz: João, uma coisa que me preocupa, vou te fazer primeiro uma
314 pergunta. Nós estamos aqui, nós tínhamos uma previsão orçamentária de cento e
315 sessenta e cinco milhões. Se nós dividirmos isso por três daria em torno de
316 cinquenta e cinco a cada quatro, três meses? O senhor João Kenedy, contador da
317 prefeitura, diz: É, mais ou menos. Vereador Dr. Joãozinho, presidente da câmara,
318 diz: É quadrimestral, não é? O senhor João Kenedy, contador da prefeitura, diz:
319 É. Vereador Dr. Joãozinho, presidente da câmara, diz: Então, aí nós teríamos
320 cinquenta e cinco. Parece que o número que nós temos aqui é cinquenta e sete, no
321 quadrimestre. Então, nós não estamos muito longe dessa previsão orçamentária.
322 O senhor João Kenedy, contador da prefeitura, diz: Não, estamos não. Vereador
323 Dr. Joãozinho, presidente da câmara, diz: O problema é que, e é essa a pergunta,
324 há uma tendência porque as transferências e, principalmente, as arrecadações
325 próprias, elas não são lineares. Elas tem um pico, ou não? O senhor João Kenedy,
326 contador da prefeitura, diz: É porque é assim, na LOA você estima as receitas,
327 porque é uma estimativa, não sabe se você vai chegar, e as despesas você fixa.
328 Então, ela vai subir e vai descer. Vereador Dr. Joãozinho, presidente da câmara,
329 diz: É, mas a pergunta é assim: essa nossa arrecadação, nós temos três
330 quadrimestres, ela costuma ser linear ou não? Ela tem um pique e depois se altera?
331 Porque é essa a minha preocupação. Porque me parece, por exemplo, vou ser mais
332 específico, o IPTU. Se arrecada o IPTU muito mais pelo menos no primeiro
333 semestre do ano, porque você faz as campanhas, tem o lançamento e tal. E, depois
334 isso tende a cair. Então, pelo menos no IPTU, ela não é linear. O senhor João
335 Kenedy, contador da prefeitura, diz: Não. Vereador Dr. Joãozinho, presidente da
336 câmara, diz: Eu não sei, desconheço a sistemática dos outros tributos. Mas, a
337 minha preocupação, e a pergunta é essa, você saber dizer se ela costuma, por
338 exemplo, de janeiro a abril nós temos um pique de arrecadação e depois há uma
339 queda, ou não? O senhor João Kenedy, contador da prefeitura, diz: Geralmente
340 no fim do ano ela cai um pouquinho. Até o pessoal da arrecadação diz que fica
341 melhor quando fica essas campanhas para arrecadação, como o IPTU, tem aqueles
342 abatimentos, que aí passa pela câmara, não é. A arrecadação melhora bastante.
343 Mas, geralmente no final do ano tem que cortar bastante despesa para poder
344 fechar. Vereador Dr. Joãozinho, presidente da câmara, diz: Vou fazer a conta aqui,
345 tribunal de justiça e ministério público juntos. Judiciário e ministério público
346 juntos consomem 11% do orçamento do Estado. Isso é uma aberração. Quando
347 junta, isso devem em torno hoje de dois bilhões e cem milhões de reais, os
348 duodécimos para ministério público e judiciário. Aí quando você junta assembleia
349 legislativa, tribunal de contas e a defensoria pública, você chega a vinte ponto

350 alguma coisa da receita do Estado consumida com essa estrutura. Isso é uma
351 aberração. Não vai sobrar dinheiro nunca. Então, eu sou super favorável, inclusive
352 a câmara. Eu sou dos que pensam, se você me perguntar, eu digo isso
353 tranquilamente, a câmara não precisava mais do que nove vereadores, e a gente
354 poderia economizar aqui, eu tenho essa bandeira, três milhões de reais por ano. E
355 três milhões de reais, por exemplo, hoje, não tenho bem esses números, mas nós
356 poderíamos amenizar e muito a questão salarial do servidor. Então assim,
357 independente de que corpo. Uma coisa, eu sou vereador e as decisões não são
358 minhas, nem mesmo como presidente porque tudo aqui é colegiado. Mas, a gente
359 precisa rever o país nisso porque essas estruturas, essa estrutura, por exemplo, a
360 questão do duodécimo, que é o que ela falou, isso permite no judiciário que o juiz
361 da nossa comarca tenha um salário, uma média, de oitenta e seis mil reais mensais
362 por ano. Isso é absurdo num país miserável como o nosso. Um país que, essa é
363 uma ilusão que nós temos, a gente pensa que o Brasil é um país rico. Nós não
364 somos um país rico. Se você pegar, por exemplo, e ver que nós, com duzentos e
365 doze milhões de pessoas, temos um produto interno bruto de dois trilhões de
366 dólares, enquanto um país como a Alemanha, com setenta e oito milhões de
367 habitantes, teve o ano passado 4.8 trilhões de receita. Então, nós somos pobres,
368 muito pobres. E, com essa pobreza, a gente não consegue manter esses privilégios.
369 É isso que a gente tem que pensar nesse país. Por isso, que sou a favor de que
370 reduza o duodécimo da câmara. O senhor João Kenedy, contador da prefeitura,
371 diz: Esse relatório que ele está mostrando agora, ele é o RREO, relatório da
372 execução orçamentária. Ele mostra toda a receita arrecadada, inicial prevista,
373 bimestral. Esse relatório, que nem falei para vocês, vai diretamente para o portal
374 da transparência, quem quiser ter acesso aos valores só acessar lá. Ele, esse anexo
375 vai diretamente para o SICONFI, que é toda a parte que o Mauro faz do
376 planejamento, está aí. Ele é todo executado nesse anexo e em outros que compõem
377 o RREO e o RGF. Tudo começa lá. Quando a pessoa pensa que tudo se resume
378 na contabilidade. Não. Começa no planejamento e conseqüentemente passa pelas
379 secretarias, as secretarias executam, e vão parar tudo nos portais de transparência.
380 Esses são só alguns dos anexos porque o RREO mesmo são quatorze anexos. Tem
381 que conferir todos os anexos um por um. Esse anexo mostra toda a despesa para
382 cada secretaria da prefeitura, por subfunção, função. Ele é um anexo bastante
383 detalhado. Dá para uma pessoa, que tem interesse de ver, a população, ou alguém
384 que tenha interesse, ver toda a despesa da prefeitura aí nesse anexo. É um
385 pouquinho complicado, mas ele demonstra tudo que está sendo feito dentro da
386 prefeitura. Pode ver que tem o RREO e o RGF. Nós pegamos alguns que são mais
387 simples, vamos dizer assim, para mostrar, não é. Esse demonstrativo é o que eu
388 passo aqui para a câmara, que é o Divino. O Divino foi um dos que me ensinou.

389 O Divino foi um dos que, quando eu comecei, teve a maior atenção. O Divino, o
390 Carlos também me ajudou bastante. A gente sempre está conversando, eu e o
391 Divino. Esse relatório aqui passa para o Divino, para o Divino fazer o cálculo das
392 despesas com o pessoal, que é a receita corrente líquida, a RCL que a gente fala.
393 Lá embaixo, não sei se vocês conseguem ver, é cento e sessenta e cinco milhões,
394 essa é a base de cálculo com despesa com pessoal da prefeitura, da câmara. Tudo
395 é usado pela câmara, pelo Divino na câmara legislativa, no caso. Ele mostra a
396 evolução da receita nos últimos doze meses, últimos quatro meses de 2018 e o
397 equivalente ao do ano de 2019, de maio a dezembro de 2018, de janeiro a abril de
398 2019. O cálculo tem que ser feito dos últimos doze meses. Esse aí é o relatório da
399 despesa com pessoal, que é jogada diretamente no portal da transparência para as
400 pessoas que tem interesse em ver ou até analisar. Ele é disponibilizado dessa
401 forma. Você pode ver que o valor lá embaixo, 47,92, que acabamos de mostrar no
402 slide, o limite prudencial, o limite de alerta, a receita corrente líquida, que é base
403 de cálculo. Então, esses são anexos. Isso que nós queríamos mostrar para vocês,
404 todo o trabalho que dá de executar todo o planejamento orçamentário durante todo
405 o ano, os doze meses, do exercício financeiro, e o trabalho que tem, a
406 administração, para controlar esses gastos, manter ele na linha, o que o governo
407 quer, o que acaba acarretando diretamente na população. Então, hoje eu queria
408 agradecer a todos pela oportunidade de estar aqui e representar o Mauro Piauí,
409 que não pode estar aqui, que é um amigo meu pessoal mesmo. Não pode estar
410 aqui. Não tive oportunidade de conversar com ele. Foi em cima da hora, agora à
411 tarde tive que arrumar rápido. Foi o primeiro contato que tive com os slides. Mas,
412 está OK. Agradeço muito pela presença. A senhora Maria Auxiliadora da Silva
413 Garção diz: Alguém tem alguma pergunta, deseja fazer algum comentário, alguma
414 colocação? A senhora Edina, conselheira do Barra-Previ, diz: Boa noite, João
415 Kenedy. Meu nome é Edina, eu sou conselheira do Barra-Previ e presidente do
416 comitê de investimentos. Eu não sei se você trouxe a relação do número de
417 servidores contratados que o município tem. O senhor João Kenedy, contador da
418 prefeitura, diz: Oh, o Mauro passou uns valores aqui. Eu posso até falar para você.
419 Olha, isso aqui foi ele que me passou. Segundo a Lei, 2254; lotados, 1509.
420 Estatutários isso aqui. Os cargos contratados, segundo a lei, 1382; lotados, 1016.
421 Cargos comissionados, segundo a lei, 260; nomeados, 206. Totalizando todos os
422 três vínculos, 2731. Esse é o valor, quantidade, não é. Agora, o valor tem que ser
423 solicitado para o recursos humanos. Eles são os responsáveis pela folha de
424 pagamento. A solicitação, conforme eles respondem. A senhora Edina,
425 conselheira do Barra-Previ, diz: Tem uma situação que está acontecendo com o
426 Barra-Previ em relação ao aporte periódico, que ele é mensal, para amortização
427 do déficit atuarial. Ele não está sendo repassado como deveria, não é, porque ele

428 é mensal. Anualmente dá mais ou menos um valor de dois milhões de reais, mas
429 divide-se. O senhor João Kenedy, contador da prefeitura, diz: O que aconteceu
430 com o aporte? O aporte não pode ser feito de qualquer jeito porque a contabilidade
431 pública, a área pública, tem leis base que não pode ser empenhada de qualquer
432 jeito. Então, existe uma etapa. Primeiro, chegou até mim para empenhar. Eu falei:
433 não, precisa de passar pela câmara, teve até aqui, não é, passar pela câmara, e foi
434 criado um crédito especial. O que é um crédito especial? O crédito especial é uma
435 dotação nova que não existia no orçamento, é uma dotação própria. O aporte não
436 é qualquer dotação. Então, foi criada uma dotação própria. Não me lembro qual
437 foi a data que ficou pronto, mas foi uns dois meses atrás, um mês, e já está
438 empenhado, já está na tesouraria para ser repassado. Você pode ter certeza que
439 vai ser repassado. A senhora Edina, conselheira do Barra-Previ, diz: Então, a
440 prefeitura vai regularizar essa questão então? O senhor João Kenedy, contador da
441 prefeitura, diz: Sim, vai. Que nem eu falei para você, existe um processo que tem
442 que ser feito, não existe esse negócio de eu vou fazer. Isso. Então, não pode ser
443 passado pra cima. Eu falei: não, isso tem que ser feito de outro jeito porque existe
444 a dotação própria do tribunal para isso, para o aporte. Aí foi feito conforme a
445 legalidade. Mas, vai ser feito, vai ser colocado em dias. A senhora Edina,
446 conselheira do Barra-Previ, diz: E isso aconteceu porque quando foi aprovado o
447 projeto, final do ano passado, não houve a atenção para essa dotação nova? Não
448 tinha ou houve mudança? O senhor João Kenedy, contador da prefeitura, diz: Não
449 tinha. Nunca teve um empenho de aporte na prefeitura, desde que estou lá não.
450 Acho que antes também não teve. É novo, não é. Tudo que é novo tem dificuldade.
451 Mas, já foi regularizado e vai ser colocado tudo em ordem. A senhora Maria
452 Auxiliadora da Silva Garção diz: Então, daqui pra frente os aportes vão estar OK?
453 O senhor João Kenedy, contador da prefeitura, diz: Sim. A senhora Maria
454 Auxiliadora da Silva Garção diz: Muito nos interessa, não é, Edina. Vereador Dr.
455 Joãozinho, presidente da câmara, diz: Esses aportes, eles ainda não estão
456 liquidados. Você falou que eles estão empenhados só. Eles ainda não estão
457 liquidados. Ainda não são um crédito certo. Estão ainda na fase de empenho. O
458 senhor João Kenedy, contador da prefeitura, diz: Não. Se estão liquidados, eu não
459 sei porque é a parte da tesouraria, no caso. Porque vai para a administração, ela
460 solicita, a Patrícia dá o OK, vai para mim, eu classifico ela. Que nem eu falei, foi
461 para mim e eu falei: não tem essa dotação aqui na prefeitura, se fizer está errado.
462 O APLIC não vai. Vai bloquear recursos da prefeitura. Aí nós passamos o projeto
463 de lei aqui com o crédito especial. Aí foi feito. Foi empenhado. Foi para a
464 tesouraria. Aí se foi liquidado a parte da tesouraria, tinha que ver com a tesoureira.
465 Mas, que vai ser colocado em dia, vai. O senhor Carlos diz: Joãozinho, nesse caso
466 tem que dar uma olhada na LDO desse ano se ela foi encaminhada, porque ela foi

467 anterior, chegou na câmara bem antes. Como vai ter agora a votação. Vereador
468 Dr. Joãozinho, presidente da câmara, diz: Pois é, não tinha uma previsão, aí fiquei
469 pensando, nós tínhamos que ter uma suplementação também. Não tínhamos? O
470 senhor Carlos diz: Tem que ter. Isso aí você pode apresentar agora no projeto de
471 lei, não é. Vereador Dr. Joãozinho, presidente da câmara, diz: É, pois é. Eu fiquei
472 me questionando por conta disso. O senhor João Kenedy, contador da prefeitura,
473 diz: É, também teve esse pequeno problema que o crédito especial você tem que
474 tirar ele de algum lugar. Tirar de uma dotação e colocar na outra. Um crédito
475 especial só pode ser alterado por um crédito especial. Um suplementar só pode
476 por um suplementar. E um extraordinário também. Aí teve que puxar dotação para
477 aquele lá e o valor era bem alto, não é. Vereador Dr. Joãozinho, presidente da
478 câmara, diz: Não tivemos nenhum excesso de receita para poder... O senhor João
479 Kenedy, contador da prefeitura, diz: Tiramos da administração, de outros lugares,
480 porque isso é feito com redução, reduz a dotação de outra secretaria, e passamos
481 para o Barra-Previ, no caso. Mais alguma pergunta? A senhora Maria Auxiliadora
482 da Silva Garção diz: Então, a gente agradece a presença de todos. E aguardamos
483 vocês aqui, já estejam todos convidados para o próximo quadrimestre. Então, nós
484 vamos ter maio, junho, julho, agosto, então em setembro nós temos que cumprir
485 o que diz a Constituição. Muito obrigada, gente. Registra-se que a assinatura de
486 todos os presentes foi colhida no Livro Próprio de Frequência de Audiência
487 Pública.